

Alexandre Antunes Rodrigues, aprendizes de electricista, celebrados, contratos administrativos de provimento, como ajudantes de electricista, do grupo de pessoal operário/qualificado.

3 de Junho de 2008. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*.

300401802

CÂMARA MUNICIPAL DE LOUSADA

Aviso n.º 17845/2008

Por despacho de hoje, nomeei definitivamente, nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, Paula Manuela Magalhães Moreira, no lugar de Técnico Profissional (Biblioteca e Documentação) principal, mediante concurso interno de acesso geral, publicado no *Diário da República* n.º 19, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 2008.

De acordo com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, tem o nomeado 20 dias para aceitar o lugar, a contar do dia imediato ao da publicação do presente Aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.)

30 de Maio de 2008. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

300401487

Aviso n.º 17846/2008

Por despacho de hoje, nomeei definitivamente, os seguintes funcionários, na categoria que se lhes vê defronte, mediante concurso interno de acesso geral, aberto por Aviso publicado no *Diário da República* n.º 19, 2.ª série, de 28 de Janeiro de 2008:

Célia Maria Anastácio Moreira Sousa, Cristina Duarte Cardoso, Fernando Miguel Alves Mendes e Carla Maria de Almeida Rebelo — Técnico Profissional (Biblioteca e Documentação) 1.ª classe.

Os candidatos, de acordo com o previsto no artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, têm o prazo de 20 dias para aceitar a nomeação, contados a partir da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

30 de Maio de 2008. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*.

300401543

CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA

Aviso (extracto) n.º 17847/2008

Em cumprimento do disposto na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, se torna público que foram celebrados contratos de trabalho por tempo indeterminado, nos termos do disposto no Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, na Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, e na Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e ao abrigo do Regulamento do Processo de Selecção de Pessoal em regime de contrato por tempo indeterminado do Município de Mértola, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 22 de Março de 2007, com os seguintes indivíduos para as funções que se indicam:

a)- Ana Paula Infante Carrilho, Anabela Capelo Luís, Flávio Sandro Arsénio Alegre Baltazar, Francisco Agostinho Cardeira Guerreiro, Hugo Manuel Medeiros Venâncio, Liliana Sofia Guerreiro Vitoriano, Luís Miguel Pereira de Jesus, Manuel Bento Rosa, Maria José Pinheiro Nunes Colaço, Maria Manuela Nascimento Palma Palma, Maria Manuel Carrilho dos Reis, Mónica Assunção Moura Galão Candeias, Paulo Jorge Lopes dos Santos, Pedro Manuel Amaro Rosa, Raul Fernando dos Santos Horta, Ricardo Manuel Rosa Batista, Sérgio Manuel Martins Palma, Auxiliar de Serviços Gerais, com efeitos a partir de 29 de Outubro de 2007 e Ricardo Miguel Pratas Palma com efeitos a partir de 05 de Novembro de 2007;

b)- António Manuel Marques Almeida e Fernando Manuel Correia Sequeira, Condutor de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais, com efeitos a partir de 22 de Outubro de 2007 e 03 de Dezembro de 2007, respectivamente.

c)- Joana do Rosário Oliveira, Técnica Superior de Gestão de 2.ª Classe, com efeitos a partir de 28 de Novembro de 2007;

d)- António Manuel Barão Costa, Pedreiro, com efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2008;

e)- Maria Gabriela Costa Pires Gomes Ruivo, Jardineiro, com efeitos a partir de 02 de Fevereiro de 2008;

f)- Sebastião Manuel Mendes Gonçalves Matias, Serralheiro Civil, com efeitos a partir de 06 de Fevereiro de 2008;

g)- Maria Antonieta Soares Meneses, Nelson José Teixeira da Cruz e Patrícia Luísa Guerreiro Mestre Palma, Auxiliares de Acção Educativa, com efeitos a partir de 25 de Março de 2008;

h)- Sílvia Isabel Estêvão Alexandre, Técnica Superior de 2.ª Classe, Arquitecta, com efeitos a partir de 01 de Abril de 2008;

i)- Ana Maria Bento dos Santos Neto, Fernando Manuel Grácio Ferreira Martins e Paula Cristina Capelo Martins, Auxiliares Técnicos de Turismo, com efeitos a partir de 21 de Abril de 2008.

27 de Maio de 2008. — O Vereador, com competências delegadas, *Jorge Paulo Colaço Rosa*.

300403106

CÂMARA MUNICIPAL DA MURTOSA

Aviso n.º 17848/2008

Alteração ao alvará de loteamento n.º 03/99

Joaquim Manuel dos Santos Baptista, Vice-Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, torna público que, para cumprimento do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/01, de 04 de Junho, irá decorrer um período de discussão pública relativo à alteração ao loteamento, a que corresponde o alvará n.º 03/99, sito na Urbanização Quinta dos Leites, freguesia da Torreira, concelho da Murtosa.

A alteração ao loteamento foi requerida por António Soares Nunes, contribuinte n.º 173 445 551.

A discussão pública terá uma duração de 15 dias, que se iniciará 8 dias após a publicação do presente Aviso na 2.ª série do *Diário da República*.

Durante o período de discussão pública, os interessados poderão consultar o processo, onde consta a planta de síntese com as alterações previstas, na Secção de Obras Particulares e Loteamentos, deste Município, durante as horas normais de expediente.

Eventuais reclamações, sugestões ou informações, no âmbito do processo de alteração, deverão ser dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal da Murtosa, por escrito, e entregues directamente no Município ou enviadas por correio registado.

27 de Maio de 2008. — O Vice-Presidente da Câmara, *Joaquim Manuel dos Santos Baptista*.

300402734

CÂMARA MUNICIPAL DE ODEMIRA

Aviso n.º 17849/2008

Torno público que, pelo meu despacho datado de 29 de Maio do corrente ano e no uso das competências que me são delegadas pelo Despacho n.º 679/2007 P, de 2 de Abril, *designo*, nos termos da alínea *b)*, n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 149/2002, de 21/05, o operário qualificado principal (Carpinteiro) — Carlos Manuel Silva Rosa, pertencente ao grupo de pessoal operário, para assegurar o exercício das correspondentes funções de chefia no Serviço de Carpintaria da Divisão de Viaturas, Máquinas e Oficinas.

O funcionário ficará posicionado no escalão 1, índice 264, a que corresponde o vencimento líquido mensal de 880,73 € (por actualização do índice 255 previsto no referido diploma), com efeitos a partir de 30 de Maio de 2008.

Processo isento do visto do Tribunal de Contas — Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto).

29 de Maio de 2008. — O Vereador em Regime de Permanência, *Carlos Alberto Silva Oliveira*.

300403058

CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aviso n.º 17850/2008

Nomeação

Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 41.º, n.º 1, do Decreto-Lei 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local pelo Decreto-

-Lei 238/99, de 25 de Junho, com o artigo 6.º, n.º 5, do Decreto-Lei 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à Administração Local pelo Decreto-Lei 409/91, de 17 de Outubro, foi nomeada definitivamente, na categoria de Técnico Superior de Filosofia de 2.ª classe, Susana Margarida Marçal Vicente, conforme acta de classificação final do estágio, homologada por meu despacho de 14 de Maio de 2008.

15 de Maio de 2008. — A Presidente da Câmara, *Susana de Carvalho Amador*.

300404824

CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS

Edital n.º 593/2008

Isaltino Morais, Licenciado em Direito, Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, faz público que nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001 de 4 de Junho, se encontrará a partir do dia 16 de Junho de 2008 e pelo prazo de 15 dias, a discussão pública referente ao Pedido de Alteração ao Alvará de Loteamento n.º 12/98, localizado em Queluz de Baixo, Barcarena, titulado por Primavera à Porta — Centro de Repouso, Lda. (P.º 3755/95), nos termos do n.º 3 do artigo 22.º do referido Decreto-Lei.

A consulta do processo, para efeito de eventuais observações ou sugestões por parte do público em geral, poderá naquele prazo ser efectivada, todos os dias, de segunda a sexta-feira, no período compreendido entre as 8:30 — 17:30 horas, na Divisão de Atendimento e Apoio Administrativo desta Câmara Municipal.

E para constar se passou o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

2 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Isaltino Morais*.
300404816

CÂMARA MUNICIPAL DE OURIQUE

Rectificação n.º 1315/2008

Por o aviso publicado na 2.ª série do *Diário da República*, n.º 99, de 23 de Maio de 2008, conter uma imprecisão, pelo presente se procede à devida correcção:

Onde se lê “José Joaquim Magrinho, asfaltador” deve ler-se “José Joaquim Magrinho — Condutor de Cilindros”.

3 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Pedro Nuno Raposo Prazeres do Carmo*.

300402159

CÂMARA MUNICIPAL DE PESO DA RÉGUA

Aviso (extracto) n.º 17851/2008

Contratação de Pessoal a Termo Resolutivo Certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 07 de Dezembro, aplicável à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por Despacho do Presidente desta Câmara Municipal datado 26 de Maio de 2008, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da lei 23/2004, de 22 de Junho, com Sónia Cristina Monteiro Queirós, para exercer funções inerentes à categoria de Técnico Superior de 2.ª Classe /Economista com início no dia 02 de Junho de 2008 e válido até 31 de Maio de 2009.

26 de Maio de 2008. — O Presidente da Câmara, *Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves*.

300403811

CÂMARA MUNICIPAL DE POMBAL

Aviso n.º 17852/2008

Narciso Ferreira Mota, Presidente da Câmara Municipal de Pombal, torna público, nos termos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, que está a decorrer, por um período de 15 dias, a discussão pública relativa ao projecto de alteração ao loteamento sito em Várzea, freguesia e concelho de Pombal, titulado pelo alvará n.º 6/86, em nome de Viriato Gaspar da Silva e Virgílio Gaspar da Silva, que se encontra para aprovação na Câmara Municipal e que

consiste na fusão dos lotes (19, 20 e 21) em dois lotes (19 e 20) e na alteração do lote 17, resultando um aumento da área construção em 117 m².

São reduzidos 3 fogos, os quais são substituídos por 3 unidades destinadas a comércio.

São cedidos 45,40 m² de terreno, para alargamento do passeio da Rua Marechal A. Spínola.

O processo poderá ser consultado na Secção de Urbanismo desta Câmara Municipal, dentro do horário de expediente (9,00 Horas — 12,30 Horas e 14,00 Horas — 16,00 Horas).

4 de Junho de 2008. — O Presidente da Câmara, *Narciso Ferreira Mota*.

300404898

CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

Aviso n.º 17853/2008

Considerando que:

1 — Daniela Pinto Ferreira (59201), técnico superior de serviço educativo principal, requereu a prorrogação da equiparação a bolsheiro para frequentar o Mestrado “Curso Integrado de Museologia”;

2 — Decreto-Lei n.º 272/88, de 3-08, prevê a possibilidade de os funcionários e agentes da Administração Pública requererem a equiparação a bolsheiro quando se proponham realizar programas de trabalho ou estudo, bem como frequentar cursos ou estágios de reconhecido interesse público, no País;

3 — A obtenção do “Curso de Mestrado Integrado de Museologia”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto pela técnica superior acima referida, reveste-se de interesse para a área funcional onde está integrada;

4 — O Senhor Director da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, autorizou a prorrogação do prazo por seis meses, para a entrega da tese do referido Mestrado.

Despacho do Senhor Vereador dos Recursos Humanos de 03-04-2008 e nos termos do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, torno público o seguinte:

1 — É concedida a prorrogação da equiparação a bolsheiro a Daniela Pinto Ferreira (5920), técnico superior de serviço educativo principal, da Direcção Municipal da Cultura, até 31-08-2008.

2 — A equiparação a bolsheiro implica a dispensa do serviço de um dia por semana às sextas-feiras.

27 de Maio de 2008. — A Directora de Departamento Municipal de Gestão de Recursos Humanos, *Cristina Douteiro*.

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS

Aviso n.º 17854/2008

João Salgueiro, presidente da Câmara Municipal do concelho supra: Torna público que, em cumprimento das deliberações tomadas na reunião de 29 de Novembro de 2007 da Câmara Municipal e na segunda reunião realizada em 22 de Dezembro de 2007, da sessão de 19 de Dezembro de 2007 da Assembleia Municipal, foram aprovadas as Medidas Preventivas para três áreas dentro do perímetro urbano da vila de Mira de Aire, assinaladas na planta anexa ao presente aviso, propostas ao abrigo do artigo 107.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.

O estabelecimento de medidas preventivas visa prevenir futuras alterações que possam limitar a liberdade de planeamento e comprometer, tornar inviável ou mesmo mais onerosa a execução dos objectivos traçados pelo Município.

As presentes medidas preventivas são estabelecidas no âmbito da Revisão do Plano Director Municipal que, por sua vez, determinam a suspensão da eficácia deste nas áreas por elas abrangidas.

A vila de Mira de Aire, maior aglomerado urbano do concelho de Porto de Mós, é composta por um tecido urbano pouco qualificado com bastantes edifícios em mau estado de conservação e em acelerada degradação, verificando-se, em alguns casos, o risco de ruína. O encerramento de várias empresas ligadas ao sector têxtil, uma actividade comercial dispersa, o desaparecimento de alguns equipamentos de base são realidades que têm contribuído para a criação de um ambiente pouco favorável à fixação da população, conduzindo ao abandono de algumas áreas.